



**Ministério do Meio Ambiente**  
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

**Resultado da 95ª Reunião Ordinária do CONAMA**  
**Data: 02 e 03 de setembro de 2009**  
**Horário: das 09h00 às 18h00**  
**Local: Auditório nº 1 do Edifício Sede do IBAMA – SCEN, Trecho 2 - Brasília/DF**

## **1. Abertura da Reunião pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc**

A Plenária foi aberta, às 10h24 do dia 02 de setembro de 2009, pelo Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que falou sobre o Plano de Mudanças Climáticas e salientou a importância do CONAMA e do Fórum Brasileira de Mudanças Climáticas para avançar nos pactos setoriais. Ressaltou a importância do monitoramento de desmatamentos em todos os biomas e não somente na Amazônia e anunciou que os primeiros dados referentes ao Cerrado serão divulgados na próxima semana – dia do Cerrado (11/9).

Lembrou que, de acordo com dados oficiais com respeito à Amazônia, do INPE e do Imazon, houve redução de 43% no desmatamento, em relação ao mesmo período do ano passado, sendo esta a menor taxa registrada nos últimos 21 anos. O Sr. Ministro disse que pretende depender, cada vez menos, da fiscalização para o controle do desmatamento e disse acreditar no monitoramento como forte ferramenta. Citou o caso dos navios ingleses com lixo doméstico que foram enviados ao Brasil e que já retornaram ao país de origem. Com essa postura o Brasil deu o recado de que “não somos lata de lixo de ninguém” e para que os países desenvolvidos cuidem cada um do seu lixo.

Em relação à Amazônia, anunciou que dia 09 de setembro, o presidente Lula assinará o Zoneamento Agroecológico da Cana de Açúcar, com aproveitamento do vinhoto, e que a sua produção será inteiramente sustentável. Destacou o entendimento histórico com a área de meio ambiente e agricultura familiar com a regulamentação de alguns pontos do Código Florestal, válido agora para toda a agricultura brasileira.

Apresentou duas propostas de resolução, sendo uma conjunta do IBAMA e MMA, em que garante que seja considerado o aspecto da saúde do trabalhador, no EIA/RIMA dos empreendimentos. A outra proposta de Resolução refere-se aos empreendimentos de grande impacto na zona de amortecimento das Unidades de Conservação.

Quanto aos pontos de pauta desta Plenária, destacou a importância da votação da Resolução do PROCONVE, que considera importante uma vez que permite reduzir em 33% as emissões dos veículos leves e caminhonetes. Solicitou reunião extraordinária do CONAMA, para meados de outubro, a fim de discutir matérias que estão nas Câmaras Técnicas, como Inspeção Veicular, conforme previsto no Plano Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O Sr. Ministro, ademais, ressaltou a importância da proposta de Resolução de Mitigação dos Impactos da Termelétricas, que se encontra na Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental.

O Sr. Ministro relatou suas proposições, junto ao Senado Federal, quanto a alterações no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, com a criação de Fundo baseado nos ganhos com o petróleo.

## **2. Discussão e votação dos Resultados e das Transcrições *ipsis verbis* da 53ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 e 16 de abril de 2009, e da 94ª Reunião Ordinária, de 27 de maio de 2009.**

O Sr. Nilo Diniz (DCONAMA) perguntou aos conselheiros presentes se haveria alguma modificação na transcrição das reuniões. Sem qualquer manifestação dos Conselheiros, as transcrições foram aprovadas.

## **3. Apresentação de novos Conselheiros**

O Sr. Nilo Diniz (DCONAMA) apresentou os novos conselheiros a tomarem posse naquele dia, dando boas vindas a todos.

## **4. Encaminhamentos da Secretaria Executiva do CONAMA**



**I CNSA:** Sr. Nilo Diniz (DCONAMA) disse que o Ministério da Saúde daria informe no dia seguinte, de manhã, sobre a Conferência Nacional de Saúde Ambiental e antecipou que a comissão organizadora da Conferência definiu as indicações de 20 delegados/representantes, sendo 14 do CONAMA e 6 do CNRH. Portanto, tem-se que escolher as 14 vagas dentre os cinco segmentos. O Governo Federal abriria mão de uma vaga para proporcionar a participação de 3 representantes dos demais segmentos.

**Câmara Especial Recursal:** Sr. Guilherme, Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente, explicou a repercussão da Lei n.º 11.941/09, que entrou em vigor no final de maio. Um Parecer da CONJUR analisou a aplicação da Lei aos processos de multa do Ibama, que se encontravam no CONAMA, entendendo que o direito ao último recurso já estava configurado antes da publicação da lei. Assim, não haveria como suprimir esse direito frente à nova lei e, portanto, o CONAMA ainda terá que julgá-los, o que torna necessária a instalação da Câmara Especial Recursal. Nilo afirmou que procederá à sua instalação e convocação o mais rápido possível.

Sr. Nilo mencionou ainda a comemoração do Dia do Cerrado, lançando a versão para consulta pública do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento do Cerrado, no próximo dia 10.

## **5. Tribuna livre (15 minutos)**

Com cinco inscrições, Sr. Nilo pediu respeito ao tempo de fala de 3 minutos para cada inscrito.

**Sr. Donizete (ECODATA)** disse que, mesmo ante a comemoração do Dia do Cerrado no dia 11, tínhamos muito pouco a comemorar. Manifestou que o cerrado ainda não é tratado como patrimônio nacional e que estaria sofrendo desmatamento muito superior ao da Amazônia e que não teria recursos destinados à sua preservação, sem programas de recuperação de áreas degradadas. Pediu, por fim, aos Conselheiros a indignação e a reflexão sobre o assunto.

**Sr. Alan (NOVOS CURUPIRAS):** requereu da Gerência Nacional do Patrimônio da União o registro de ocupação por estrangeiros na Ilha Fortaleza/PA onde se praticava o nudismo e o tantrismo pela paz mundial, administrado por uma ONG e por uma empresa que vendia títulos para estrangeiros. Considerou inadequados os mecanismos de concessão de terras a estrangeiros na Amazônia e solicitou o cancelamento de ocupação de citada ilha, baseando-se no bem de uso comum a todos. Entregou um documento com informações para a Secretaria Executiva encaminhar para a Gerência de Patrimônio da União.

**Sra. Lisiane (MIRASSERRA):** apresenta algumas imagens referentes a uma denúncia de grilagem que ganhou incentivo pelo programa “Luz para todos” em uma RPPN no Rio Grande do Sul. Apresentou ainda uma proposição à Secretaria Executiva do CONAMA para que todos os órgãos do SISNAMA possam se comunicar a respeito de empreendimentos que possam ter passivos ambientais.

**Sr. Antônio - Tonhão (MOVER):** solicitou esclarecimentos sobre o cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental da transposição do Rio São Francisco e reiterou formalmente, mediante ofício entregue à mesa, tal pedido. A Secretária Executiva solicitou a inclusão na pauta da próxima plenária de informe referente ao processo de licenciamento, para que o IBAMA possa demonstrar o andamento do cumprimento das condicionantes.

**Sr. Francisco Soares (FURPA):** Entregou ao Ministro as manchetes de dois jornais que veiculam o aumento das carvoarias no Piauí, principalmente junto ao entorno da Serra Vermelha onde o Parque Nacional ainda não foi definido e que está havendo licenciamento das atividades de carvoaria pelo órgão estadual. Qualificou de “deserto verde” a indústria de papel local, que recebeu o licenciamento prévio, para o plantio 160.000 ha de eucalipto, cujos estudos considerou incompletos e falhos e que o RIMA teria escondido a verdade. Solicitou que o Ministério do Meio Ambiente interferisse e solicitasse a complementação dos estudos, uma vez que tratar-se-ia de área de alta relevância em biodiversidade.

## **6. Apresentação à Mesa, por escrito, de requerimentos de urgência, de inversão de pauta ou de retirada de matéria.**

**Dr Rômulo (ICMBio)** apresentou proposta de resolução para conferir maior clareza à polêmica em torno da área circundante ou zona de entorno das unidades de conservação, na medida em que cada órgão ambiental age de maneira distinta. Entregou à mesa requerimento de urgência, com a apresentação das assinaturas de mais de 13 conselheiros.

A Sra. Secretária Izabella, preferindo não levar o pedido de urgência à votação, sugeriu que a Câmara Técnica analisasse a matéria com celeridade e em consonância com a CTAJ, para que o assunto possa estar pronto para entrar na pauta da última reunião ordinária do ano, o que caracterizaria tratamento prioritário à matéria. O Sr. Rômulo concordou e retirou o pedido de urgência.

**Sra. Regina Gualda (MMA):** Solicitou retirada de pauta do item 7.4 (Proposta de Resolução que dispõe sobre estágios sucessoriais das restingas associadas ao bioma Mata Atlântica), para que volte à câmara de origem que deve se manifestar sobre pontos ainda polêmicos, conforme os diferentes pareceres apresentados pelos conselheiros que pediram vistas. A Sra. Izabella acatou a retirada de pauta.

**Sr. Mourão (MOVER):** Entendeu que nem todas as matérias realmente são de urgência e retomaria o problema da competência da CTAJ para analisar propostas, alterando o mérito da questão, sem que seja dado conhecimento à Câmara Técnica que a propôs. Afirmou que a CTAJ está excedendo a sua competência e, por isso, pediu que a proposta do item 7.5 (Proposta de Resolução que estabelece critérios e valores orientadores da presença de substâncias químicas para a proteção da qualidade do solo e dispõe sobre diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas) voltasse à Câmara Técnica para discussão.

Sra. Izabella esclareceu que apenas o presidente da CT pode pedir a retirada de matéria da pauta, segundo o Regimento Interno. Disse que a intervenção já foi objeto de manifestação do Conselheiro Francisco Iglesias (Chico Blu) e que foi recomendada a observância da competência da CTAJ. Propôs que seja apreciada a matéria na reunião e a CTAJ, mediante a sua presidente, fizesse os esclarecimentos necessários.

Sra. Izabella passou a palavra à Dra Andréa Vulcanis para esclarecimentos. A Presidente da CTAJ disse que sempre justificou as intervenções feitas pela CTAJ e que os votos dos conselheiros da CTAJ estão registrados para conhecimento. Muitas vezes, segundo afirmou, o texto é alterado com o objetivo de adequá-lo às técnicas legislativas ou à legalidade. A Sra. Izabella pediu ao Sr. Mourão que fizesse o encaminhamento no próprio debate da proposta, durante a reunião, o que foi acatado.

A Sra. Ana Cristina (MPF) apresentou sugestão para que a CTAJ justifique explicitamente as suas intervenções, com a devida fundamentação legal, o que foi acatado pela Sra. Izabella.

Sr. Nilo Diniz explicou a todos os conselheiros a tramitação das moções, apresentando as seguintes propostas recebidas pela mesa:

- 1) Pede apoio às recomendações do III Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Alto Tocantins e do I Seminário de Agroextrativismo do Cerrado, realizado na Câmara dos Deputados em junho de 2009. A moção foi apresentada pela ECODATA. Votada no segundo dia. APROVADA
- 2) Repúdio ao PL 154/2009 da Assembléia Legislativa do RS, apresentada pela MIRASSERRA e será apreciada na próxima RO.
- 3) Solicita ao Estado de Goiás o retorno dos trabalhos para a reativação da APA Pouso Alto (no entorno Chapada dos Veadeiros), apresentada pela OCA BRASIL. APROVADA

Foi apresentado ainda Requerimento de Informação, pela conselheira Lisiane (MIRASSERRA) e que, por força da orientação da CONJUR, foi encaminhado diretamente ao ICMBio.

## 7. Ordem do Dia.

### RESOLUÇÕES

**7.1 Processo nº [02000.003261/2008-72](#) - Assunto: PROCONVE L6 - Proposta de Resolução que dispõe sobre nova fase de exigências do PROCONVE para veículos automotores leves de uso rodoviário.**

*Interessado:* MMA

*Procedência:* IBAMA, 35ª Reunião da CTCQA, 23 e 24 de abril de 2009; 51ª Reunião da CTAJ, 07 e 08 de maio de 2009.

*Tramitação em Plenário:* 94ª Reunião Ordinária, 27 de maio de 2009: pedido de vista pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pelo Governo do Estado de São Paulo.

**Apresentação da matéria e aprovação do texto-base, com uma abstenção e nenhum voto contrário. A reunião foi interrompida para o almoço, ficando a apresentação e votação de emendas para o retorno do almoço. Em seguida, a proposta foi aprovada com emendas.**



**7.2 Processo nº 02000.000078/2009-04 – Comissão de Acompanhamento e Avaliação PROCONVE-CAP. Alteração da Resolução CONAMA nº 18/86 no que diz respeito à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE - CAP, em cumprimento ao art. 8º da Resolução CONAMA nº 403/2008.**

*Interessado:* MMA

*Procedência:* IBAMA, 36ª Reunião da CTCQA, 23 e 24 de abril de 2009 e 52ª Reunião da CTAJ, 08 e 09 de julho de 2009

*Relator:* Presidente da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental.

*Tramitação em Plenário:* 94ª Reunião Ordinária, 27 de maio de 2009, aprovado requerimento de urgência em plenário. CTAJ deliberou pelo retorno da matéria à CTCQA, sendo que a SECEX/MMA, em acordo com os membros do CIPAM remeteu para apreciação do plenário.(? é assim mesmo?)

**Apresentação da matéria e aprovação do texto-base. A proposta foi aprovada com emendas em Plenário. Antes, houve um questionamento por parte do conselheiro da ECODATA quanto ao encaminhamento da matéria diretamente ao plenário, sem a apreciação pela CTAJ. O Sr. Nilo explicou - e a Sra. Izabella reiterou - que a CTAJ havia pedido o retorno à CTCQA para propor a CAP na forma adequada ao regimento do CONAMA. Mas o presidente da CTCQA entendeu que o procedimento não caberia a esta CT. A presidente da CTAJ ainda convocou uma reunião desta CT que, por dificuldades de agenda dos conselheiros (à exceção da presidente e do representante da ECODATA), não pode ser realizada. A CONJUR/MMA recomendou, portanto, que o plenário atendesse diretamente o encaminhamento da CTAJ, com emendas que adequassem a forma da CAP, o que foi feito e aprovado.**

**7.3 Processo nº 02000.000611/2004-15 - Revisão da Resolução CONAMA nº 258/99 – Destinação final de forma ambientalmente adequada e segura de PNEUMÁTICOS.**

*Interessado:* Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ/MMA.

*Procedência:* 28ª Reunião da CTSSAGR, em 28 e 29 de agosto de 2008, e 46ª Reunião da CTAJ, em 23 e 24 de outubro de 2008.

*Tramitação em Plenário:* 92ª Reunião Ordinária, 26 e 27 de novembro de 2008: pedido de vistas pela Associação Civil indicada pelo Presidente da República “O Direito por um Planeta Verde” e pela Confederação Nacional da Indústria – CNI

**A Presidente da mesa, a Sra. Izabella Teixeira, encaminhou a palavra para a Representante da CNI, a Sra. Grace (para que esta apresentasse o seu relatório sobre o pedido de vistas. A seguir, a Sra. Marília Marreco (MMA) apresentou consolidação dos relatórios de vistas, em especial do abordado pelo Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, a pedido da Presidente da mesa, ante a ausência do representante desta entidade.**

**Após a apresentação dos relatórios de pedido de vista, houve a aprovação do texto-base. Em seguida, passou-se a discussão e votação dos destaques e emendas até o final do primeiro dia, retomando-se às discussões na manhã do segundo dia.**

**A proposta foi aprovada com emendas.**

**7.4 Processo nº 02000.000642/2007-19 - Proposta de Resolução que dispõe sobre estágios sucessionais das restingas associadas ao bioma Mata Atlântica**

*Interessado:* MMA

*Procedência:* 15ª Reunião da CTBFRP, em 20 e 21 de novembro de 2008, e 48ª Reunião da CTAJ, em 16 e 17 de fevereiro de 2009.

*Tramitação em Plenário:* 94ª Reunião Ordinária, 27 de maio de 2009, Pedido de vista pelo Setor Florestal, Ecojuréia, ANAMMA Sudeste, CNC e os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Alagoas, tendo sido enviado parecer apenas do Setor Florestal e Ecojuréia.

**A proposta foi retirada de pauta a pedido da Presidente da Câmara Técnica, na forma do art. 15 do Regimento Interno.**

**7.5 Processo nº 02000.000917/2006-33 - Proposta de Resolução que estabelece critérios e valores orientadores da presença de substâncias químicas para a proteção da qualidade do solo e dispõe sobre diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas.**

*Interessado:* Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ/MMA

*Relator:* Presidente da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental.

*Procedência:* 35ª Reunião da CTCQA, em 23 e 24 de abril de 2009, e 52ª Reunião da CTAJ, em 08 e 09 de julho de 2009.

**O Sr. Volney Zanardi (MMA) apresentou a proposta de resolução, seguido por pedidos de vistas do processo pelos conselheiros de: ECOJUREIA, ADEMA-SP, Estado de Minas Gerais, FURPA, MMA, Setor Florestal, Ministério da Saúde, CNI, IBAMA, PONTO TERRA e Secretaria Especial de Portos.**



O Sr. Nilo informou que o prazo para apresentação de parecer é de 30 dias, podendo, a pedido do interessado, ser prorrogado por mais 15, a contar da data da reunião, ou seja, dia 3 de setembro, estando à disposição dos conselheiros todo o processo em CD-rom.

## 8. Informes

**8.1 Apresentação pelo Presidente da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental sobre a tramitação da proposta de Resolução que dispõe sobre a mitigação de impactos ambientais decorrentes de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), oriundos das usinas termelétricas, a óleo combustível e carvão.**

Processo [nº 02000.000922/2009-99](#)

Interessado: CONAMA

O informe foi dado no segundo dia, pela manhã, pelo Presidente da CTCQA, Volney Zanardi. Ele afirmou que a CT aguarda aperfeiçoamento da proposta, no âmbito do MMA, que a retirou de pauta daquela CT. Patrícia Boson (CNT) pediu a a revisão do pedido de urgência para a matéria. Perguntou, ainda, se a IN IBAMA 07 estaria adequada e se a resolução proposta seria cópia da IN. Questionou ainda a razão da IN ainda estar em vigor.

Sra. Ana Cristina (MPF) considerou que está havendo abuso na concessão de regime de urgência, o que limita os poderes do Plenário, já que há limitações para pedidos de vistas. Reiterou posição defendida por Patrícia Bóson (CNI).

Sra. Patrícia (CNT) reiterou o que havia dito antes e reforçou que os Conselheiros ainda não conhecem a proposta e, por isso, solicitou o encaminhamento do pleito ao Plenário, a fim de votar a retirada do pedido de urgência. Pediu ainda o esclarecimento da vigência da IN.

A Secretária Izabella explicou que o regime de urgência é tratado no item 6 da pauta. Esclareceu, de toda forma, que a posição do Sr. Ministro é de não retirar e afirmou que o Ministério está fazendo todas as negociações com os setores envolvidos.

Diante da insistência dos conselheiros para que o regime de urgência fosse votado em plenário, o sr. Nilo explicou que essa votação pode ser feita apenas durante o item 6 da pauta, que já havia passado.

**8.2. Apresentação pelo Presidente da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental sobre a tramitação da proposta de Resolução que dispõe sobre a implantação pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, dos Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M.**

Processo [nº 02000.000921/2009-44](#)

Interessado: CONAMA

O informe foi dado no segundo dia, pela manhã, pelo Sr. Volney Zanardi, que informou que o GT reuniu-se duas vezes para concluir a primeira minuta. A Câmara Técnica trataria desta resolução em sua próxima reunião, adiada para os dias 22 e 23 de setembro.

**8.3 [Apresentação pelo INCRA/MMA de Relatório das Oficinas sobre Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária.](#)**

O informe não foi apresentado e deverá ser pautado na próxima reunião extraordinária, já com os relatórios publicados.

**8.4 Apresentação pelo Serviço Florestal Brasileiro do Relatório de Gestão de Florestas Públicas, conforme previsto na Lei nº 11.284/2006.**

O informe foi dado no segundo dia, pela manhã, pelo Sr. Antonio Carlos Hummel, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

O Sr. Marcílio, representante do Setor Florestal e requerente da solicitação, lamentou o tempo exíguo para apresentação tão rica. Afirmou que esta é uma competência prevista em lei e os conselheiros devem receber todas as informações. Solicitou três esclarecimentos prestados pelo diretor.

**INFORME sobre a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental: Sr. Erick (Ministério da Saúde) fez o informe sobre a I CNSA. Foram definidos os seguintes delegados para a Conferência, indicados pelos segmentos do CONAMA: Estados de Sergipe, Alagoas e Ceará, CNM, ANAMMA (2 vagas), FURPA, Novos Cupiras, Adema/SP. O Governo Federal e o Setor Empresarial definiriam seus delegados posteriormente.**

## 9. Encerramento



**Antes do encerramento, ficou definida a alteração da data da próxima CTCQA, para 22 e 23 de setembro. Também foi solicitada a alteração da data da CTUC, prevista para 15 e 16 de setembro, para nova data a ser definida oportunamente.**